

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA



DATE RAPE: ATITUDES FACE AO PROBLEMA.
ESTUDO REALIZADO COM ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
PSICOLÓGICAS DO ISPA

Joana Maria Pereira Croca

N.º 12340

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Psicologia

Especialidade em Psicologia Clínica

2009

NOME: Joana Maria Pereira Croca

N.º ALUNO: 12340

CURSO: Mestrado Integrado em Psicologia

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: Psicologia Clínica

ANO LECTIVO: 2007/2008

ORIENTADOR: Professor Doutor José Ornelas

DATA: 22/01/2009

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Date Rape: Atitudes face ao problema. Estudo realizado com estudantes da licenciatura em ciências psicológicas do ISPA.

RESUMO

O presente estudo tem por objectivo examinar as atitudes face ao *Date Rape*, num grupo de jovens do ensino superior. A amostra é constituída por 159 alunos do ISPA (90 mulheres e 69 homens), com uma média de idades compreendida entre os 18 e os 30 anos. Para medir as atitudes foi utilizado o CDRAS traduzido para português, sendo que os resultados demonstraram que os jovens são tendencialmente menos tolerantes para com o *Date Rape* quando em comparação com outros estudos. No entanto, os homens são tendencialmente mais condescendentes com atitudes de tolerância para com o *Date Rape*, quando em comparação com as mulheres. Neste sentido, os resultados do estudo denunciam a prevalência de mitos de violação entre a comunidade mais jovem, denunciando a necessidade de criação de programas de prevenção e consciencialização para com o grave problema que representa hoje o *Date Rape*, entre as camadas mais jovens.

Palavras chave: Date Rape; Violação por conhecidos; Violência sexual; Prevenção; CDRAS.

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO EM INGLÊS: Date Rape: Attitudes toward the problem. Study with students from psychology sciences, ISPA.

ABSTRACT

The purpose of this study is to explore the attitudes toward Date Rape among university students in Portugal. Participants included 159 students from ISPA (90 females, 69 males), with ages between 18 and 30 years old. To measure those attitudes we used CDRAS, which results showed that young people are less tolerant toward date rape, when comparing with the results from other studies. Even so, results show that men tend to be less rejecting of Date Rape tolerant attitudes, than female students were. Therefore, these results demonstrate that the rape myths still prevail in the younger communities, indicating the need of prevention and alert programs for younger people about this serious problem, Date Rape.

Keywords: Date Rape; Acquaintance Rape; Sexual Agression, Prevention; CDRAS

Key-words: Perception of the Teachers - Sexual Education - Sexuality in the Adolescence.

INTRODUÇÃO

É hoje de conhecimento científico a prevalência de violência sexual em relações íntimas, nomeadamente, em contexto de *Date Rape*. Este tipo de agressão sexual é descrito como o tipo de violação que envolve sexo não consentido entre duas ou mais pessoas, que se encontram para uma interação social e actividades conjuntas (daí o termo *Date*), ou que namoram, quer seja o primeiro encontro, quer seja já uma relação estabelecida (Strauss, 2004, cit por Paiva & Figueiredo, 2004; Shultz, Sherman & Marshall, 2000 cit por Lee, J. Et all, 2007).

Em vários países, como nos Estados Unidos da América (EUA), a preocupação com os elevados níveis de coerção sexual e violação entre jovens, no ensino secundário e universitário, tem levado a que um grande numero destas instituições desenvolvesse programas de alerta para os estudantes, cujo foco incidia na comunicação sexual e no comportamento dos mesmos (Humphreys & Herold, 2007). No entanto, apesar de nas últimas três décadas haver um crescimento de estudos que dão ênfase ao flagelo em que se tem vindo a tornar a vitimização de mulheres em contexto do *Date Rape* (Figueiredo, B. & Paiva, C., 2003), situação essa que segundo vários autores representa uma realidade cada vez mais constrangedora (Smith, P., White, J. & Holland, J., 2003; Fisher, G. & Chen, J., 1994; Lee, J., Busch, N., Kim, J. & Lim, H., 2007; Figueiredo, B. & Paiva, C., 2003; Caron & Carter, 1997), ainda muito está por fazer de modo a melhor compreender e dar resposta a esse facto, em Portugal. Neste sentido, o objectivo do presente estudo é examinar as atitudes face à violação em contexto de *Date Rape*, em estudantes do ensino superior de psicologia do ISPA e averiguar se as atitudes face a este tipo de violação variam consoante o género, sendo que se espera que os homens rejeitem menos as atitudes de tolerância com o *Date Rape*, quando em comparação com as mulheres. O facto de a amostra ser constituída e dirigida, sobretudo, aos adolescentes e jovens adultos, tem que ver com o facto de a probabilidade de vitimização neste contexto ser, acentuadamente, maior (cerca de 4 vezes mais) nessas idades (Rickert & Wietmann, 1998).

Apesar de as estatísticas variarem consoante a definição utilizada e o país onde a investigação tomou lugar, estima-se que a violência em contexto de *Date Rape* seja já um grave problema entre os jovens, um pouco por todo o mundo (Lee, J. Et all, 2007;

Figueiredo, B. & Paiva, C., 2004; Russo, 2000). Desde a década de 80, várias investigações conduzidas nos EUA reflectem isso mesmo. Um estudo realizado por Muehlenhard e Linton (1987), verificou que 14,7% de jovens mulheres, participantes numa pesquisa feita numa universidade pública dos EUA, foram vítimas de violação e 57,3% estiveram envolvidas em agressão sexual. Numa das investigações mais citadas por investigadores nesta área, realizada por Koss, Gidycz e Wisniewski (1987), em 32 instituições de ensino superior nos EUA, com o objectivo de averiguar a prevalência de violações, das 3187 mulheres que participaram, 15% foram vítimas de violação e 12% já passaram por uma experiência de tentativa de violação pelo menos uma vez, a partir dos 14 anos. Além disso, esta mesma investigação denuncia, também, que a maioria dos violadores (89%), eram conhecidos das mulheres ou indivíduos com os quais saíram. Em estudos mais recentes, nomeadamente numa investigação realizada nos EUA com homens e mulheres estudantes universitários, de uma amostra de 178 estudantes, cerca de 23% das mulheres e 7% dos homens, já tinha experimentado sexo não consentido (Flack, jr., Daubman, Caron, Asadorianm et. al., 2007). Num estudo conduzido por Strauss, Aldrighi, Borochowitz, Brownridge, Chan, Figueiredo, et. al. (2002), em 14 universidades da Europa, Ásia e América verificou-se que cerca de 25 % dos sujeitos participantes na investigação perpetuam (a maioria do sexo masculino) coerção sexual sobre o companheiro. O Brasil foi o país onde se verificou uma maior incidência, com 41,6% de perpetuações (cit. por Paiva, C. & Figueiredo, B., 2004). No seguimento desse mesmo estudo, em Portugal, verificou-se também um elevado nível de coerção sexual, no que respeita à perpetuação, com 18,9%, assim como na vitimização, ligeiramente maior, com 25,6% (Paiva, C. & Figueiredo, B., 2004). Como reforço desta ideia, estudos têm vindo a comprovar, concomitantemente, que a maior parte das violações acontecem sobretudo em contexto de relações íntimas e próximas, contrariamente ao esperado e transmitido pelos mitos sobre como e quando seria esperado que esta ocorresse, i. é, que os violadores seriam sempre estranhos (Maria, 2004; Cruz & Lopes, 1990; Quina, 1989; Pereira, A., Matos, M. & Machado, C., 2006; Gavey, 1995; Bechhofer & Parrot, 1991).

Apesar da prevalência, a violação em contexto de *Date Rape* não é, muitas vezes, percebida ou julgada como tal, não sendo, portanto, reconhecida como um abuso sexual ou crime (Ward, 1995), como já referido anteriormente. Segundo Frazier e Seales (1997), enquanto 100% das mulheres violadas por estranhos, percebem o acto como tal, apenas metade das que foram abusadas sexualmente por um conhecido ou namorado, o fazem. Ainda hoje, a violação “comum” (i.é. um incidente que acontece na rua, à noite, quando a

vítima está sozinha e é depois abordada por um estranho), quando em comparação com a violação por alguém conhecido é um estereótipo prevalente e mais facilmente identificável pelos jovens (Anderson, I., 2007). Para agravar esta situação, a referida convicção é partilhada também (e ainda), um pouco pelo sistema de saúde e judicial, que mais facilmente julga e culpabiliza criminalmente o perpetrador da violação, quanto mais próximo o acto cometido estiver do típico estereótipo de violação “comum” (Wood & Rennie, 1994, cit. por Anderson, I, 2007) ou seja, quanto mais próxima for a relação do casal, mais “aceitável” é a violação (Sheldon-Keller, Lloyd-McGarvey, West & Canterbury, 1994). No entanto, apesar de esta crença social poder sugerir que a violação em contexto de *Date Rape* não é uma verdadeira violação e que não será, por conseguinte, tão traumatizante para a vítima, como em casos de violação por um estranho, esta sofre os mesmos traumas psicológicos, nomeadamente todos os sintomas pós-traumáticos, como a ansiedade, depressão, insegurança e isolamento (Maria, 2004; Bechhofer & Parrot, 1991; Frazier & Seales, 1997; Feild, 1978).

Assim, uma vez que as vítimas dificilmente classificam a violação no namoro como verdadeira violação, estas crenças poderão fazer com que exista um menor número de denúncias, sugerindo que os valores oficiais existentes sejam inferiores à média real, e por consequência haja um menor número de represálias aos perpetradores do crime e apoio às vítimas do mesmo.

Tal como verificou Burt (1980), quanto maiores forem os estereótipos de violação, bem como crenças sexuais daí oriundas, e aceitação de violência interpessoal, maiores serão as respostas de tolerância e aceitação aos mitos de violação. É neste encadeamento que surge, então, a importância do estudo das atitudes face à violação em contexto de *Date Rape*. Apesar de, ao contrário dos resultados encontrados em investigações realizadas, como a conduzida por Anderson, I. (2007), outras sugerirem que a noção de violação no namoro, ou por alguém conhecido, está mais integrada, de forma geral, nas percepções actuais de violação “real” (Gavey, 1995), há uma diferença prevalente entre géneros nas atitudes face à mesma, sendo que as mulheres são menos tolerantes aos mitos de violação por conhecidos e mais empáticas com a vítima, dando-lhe maior credibilidade e menos culpabilidade, quando em comparação com os homens (Jiminez, J. & Abreu, J., 2003; Caron, S. & Carter, D., 1997), também eles mais tolerantes para com os mitos de violação em geral (Gray, 2006; Lanier & Green, 2006). Estes resultados, vão na direcção de outros, que sugerem que os homens são mais relutantes em considerar relações sexuais forçadas com mulheres como verdadeira violação (sendo menos críticos da sua prática, sobre certas condições), quando em comparação com as mulheres (Ficher & Chen, 1994; Lee, J. et al., 2007).

Os resultados obtidos nos estudos acima referidos podem ser provenientes de vários factores, como a prevalência de mitos relativos à violação na sociedade actual, nomeadamente a existência de papéis sexuais tradicionalmente definidos, atribuídos ao género masculino e feminino (Fischer & Chen, 1994; Lanier & Green, 2006). Por conseguinte, a mulher vive com uma maior probabilidade de ser abusada sexualmente, quando em comparação com o homem, sendo aliás o medo da violação um dos crimes mais temidos por esta diariamente (Berta, M., Orlenias, J. & Maria, S., 2007). Assim, uma vez que o homem raramente se torna uma vítima de violação, ao contrário das mulheres que o são, historicamente, é provável que se identifiquem menos com a vítima, quando em comparação com as mulheres, assim como também não atribuirão igual importância ao abuso sexual, nem estarão para ele particularmente atentos nas reportagens dos media. Esse desconhecimento fará com que, deparados com a pergunta acerca do que pensam sobre uma situação típica de violação, respondam com um cenário estereotipado pelos mitos de violação, ou seja, de forma mais tolerante que as mulheres (Griffin, 1971, cit por Anderson, I., 2007). Por outro lado, também os julgamentos negativos, oriundos dos outros, face à vítima e ao contexto, podem ter um peso na atribuição de culpabilidade e julgamentos da vítima, sobretudo os julgamentos negativos (Brown, A., Testa, M., 2008).

A pertinência desta investigação deve-se ao facto de ainda se conhecer pouco acerca das atitudes e crenças dos jovens portugueses sobre este assunto, sendo que o seu conhecimento poderá ajudar na intervenção junto dos mesmos, nomeadamente no estabelecimento de programas de prevenção e consciencialização em contexto escolar.

“As atitudes face à violação no namoro, podem ser analisadas discutindo diferentes constructos subjacentes às atitudes, como sendo as atitudes face às vítimas de violação, motivação para a perpetuação de violação e estereótipos nos papéis sexuais do género” (Lee, J., 2007, p. 642). No que respeita à motivação, existe a crença de que a excitação sexual é a principal causa da violação (ex. “A violação é a expressão de um incontornável desejo por sexo”; “A razão pela qual a maior parte dos violadores comete violação é por sexo”; “Os violadores são usualmente motivados por um esmagador e incontornável desejo por sexo”; Feild, 1978, p. 164; Lanier & Green, 2006, p.89). No entanto, apesar desta ideia relativamente generalizada, a violação não é mais do que o resultado de uma dominação e exploração da vítima, não sendo portanto um acto sexual motivado pelo desejo, mas sim um crime de violência, humilhação e de exercer poder sobre a última (Maria, 2004; Bechhofer & Parrot, 1991). Por outro lado, a atitude face às vítimas de violação passa pela errada

culpabilização e responsabilização das mesmas (ex. “Uma mulher violada é uma vítima responsável e não uma inocente”; “As mulheres provocam a violação pelo seu comportamento”; “Uma mulher saudável consegue resistir com sucesso ao violador se ela realmente tentar”; Feild, 1978, p. 164; Lanier & Green, 2006, p.89; Ward, 1988). No que respeita ao papel do género na violação, este está, por exemplo, relacionado com o grau de resistência que a mulher oferece ao violador (ex. “O grau de resistência que uma mulher oferece, deveria ser um factor preponderante ao determinar se ocorreu ou não violação”; “Quando uma mulher diz “não” o que ela realmente quer dizer é “talvez””; Lanier & Green, 2006, p.89). No entanto, apesar desta crença, o grau de resistência da mulher não deve ser preponderante na decisão da ocorrência ou não de violação, uma vez que a vítima pode estar sobre ameaça de algum tipo de arma ou receosa de maiores danos físicos, entre outros. Além disso, a vítima pode ser, inclusivamente, coagida a ter uma interacção sexual com o agressor, sem que para isso tenha sido utilizada a força física, mas antes através de argumentação continuada que a leve ao acto (Koss, Gidycz, & Wisniewski, 1987), como por exemplo sendo ameaçado com o termino do relacionamento, para que o agressor possa ir à procura de alguém que saiba satisfazer as necessidades sexuais (Muehlenhard & Schrag, 1991).

Assim, apesar de a violação em contexto de *Date Rape* ser um problema também na sociedade portuguesa, pouca investigação tem sido feita acerca das atitudes dos jovens face a esta realidade. Neste estudo, para avaliar as atitudes dos estudantes universitários, colocou-se a hipótese de que, tal como sugerido na literatura anteriormente referida, as mulheres irão ter uma atitude mais negativa face às atitudes de tolerância com o *Date Rape*, quando em comparação com os homens. Para medir estas atitudes, irá ser utilizado o “The College Date Rape Attitudes Survey” (CDRAS) traduzido para português.

MÉTODO

O Delineamento

No âmbito da investigação foi realizado um estudo exploratório, descritivo e comparativo (Ribeiro, 1999), considerando-o como tal pelo facto de se consubstanciar na recolha de informação. Isto porque o tema da vitimização de mulheres em contexto de *Date Rape* tem sido bastante explorado, actualmente, nomeadamente no que respeita à sua prevalência e aos vários factores associados à mesma, dos quais se destacam as atitudes dos jovens face ao fenómeno. No entanto, a investigação das atitudes face à violação em contexto de *Date Rape*, em Portugal, é uma realidade ainda pouco debatida, sendo que pouco se sabe acerca de como os jovens portugueses a encaram. Além disso, trata-se de um estudo descritivo transversal, na medida em que se procurou conhecer, num dado momento, as atitudes e/ou crenças dos jovens universitários sobre o referido tema. Ao optarmos por este tipo de estudo, para além de se explorar um fenómeno, pretende-se recolher mais informações sobre a amostra (Ribeiro, 1999). Por fim, é também um estudo comparativo, uma vez que se procura comparar resultados obtidos entre os grupos definidos pela variável género. (Ribeiro, 1999)

Os Participantes

O estudo realizado contou com uma amostra por conveniência, uma vez que esta foi recolhida, em contexto de sala de aula, com os professores que se disponibilizaram para a realização do questionário CDRAS e com alunos que participaram, voluntariamente, na execução do mesmo. (Ribeiro, 1999; Maroco, 2003). A amostra é constituída por alunos do primeiro, segundo e terceiro ano da licenciatura em ciências psicológicas, sendo que do total de participantes (171), contabilizaram-se 159 alunos, dos quais 90 eram mulheres (56,25%) e 69 homens (43,75%). As idades dos indivíduos situam-se entre os 17 e os 30 anos, com uma média de 21,1. Todos os alunos com idades compreendidas acima destas foram excluídos, uma vez que segundo estudos realizados é sobre os adolescentes e jovens adultos que se verifica maior incidência deste tipo de violação.

A Recolha de Informação

Instrumento

As atitudes face à violação no namoro foram investigadas utilizando o “College Date Rape Attitudes Survey” (CDRAS; Lanier & Green, 2006).

O referido questionário, inclui dezassete itens que medem as atitudes relacionadas com o *Date Rape* em contextos de relação heterossexual. É constituído por uma escala de 5 pontos na escala de Likert, variando de “Concordo Totalmente” (1) até “Discordo Totalmente” (5). Quanto mais elevadas forem as pontuações dos participantes, menos tolerantes à violação no namoro serão. Com dezassete afirmações do CDRAS, o alpha de Cronbach’s da escala foi de 0,83 (Lanier & Green, 2006). O valor de consistência interna (coeficiente de alpha) foi de 0,79 para a versão portuguesa do CDRAS utilizada neste estudo. Lanier & Green (2006), definiram quatro factores independentes nos itens do CDRAS: Direito (item 3, 5, 9, 10 e 13), ou seja itens que sugerissem que o homem tem o direito de ter sexo com a mulher, dentro de determinadas circunstâncias; culpabilidade (item 2, 4, 11, 12, 14 e 16), que seriam os itens relativos à ideia de que a culpa da violação deveria ser atribuída à mulher); papéis tradicionais (item 1, 6 e 8), itens que se relacionam com os papéis tradicionais do género; e intensa excitação sexual (item 7, 15 e 17), itens que sugerem que os homens não conseguem controlar o seu comportamento, quando estão sexualmente excitados.

Procedimento

Depois de adquirido o questionário CDRAS na sua versão original, procedeu-se à sua tradução para português. Por sua vez, o questionário original foi entregue a uma tradutora de inglês licenciada, para que esta o traduzisse para português. Num segundo momento foi entregue esse mesmo questionário, já traduzido, juntamente com o original, a uma professora de inglês, de modo a verificar a sua consistência, donde resultou o questionário final. No entanto, uma vez que não existe um termo que corresponda exactamente à noção de *Date Rape*, explicou-se o conceito como violação entre pessoas que saem juntas ou namoram, sendo depois utilizado o estrangeirismo ao longo do questionário.

Em seguida procedeu-se à recolha da amostra, recolhida durante quatro semanas no Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Após ter sido a autorização do professor, foi entregue aos alunos o questionário CDRAS traduzido para português, para que o pudesse

preencher no início ou fim da aula, consoante a disponibilidade do docente. Antes da sua realização informou-se os participantes no que consistia o estudo, lendo-se-lhes o cabeçalho do questionário, que também lhes foi entregue juntamente com o mesmo, assim como também lhes foram dadas as instruções de como o preencher. Foi igualmente transmitido aos alunos que a participação era voluntária, confidencial e anónima, sendo que não lhes foi solicitado nenhum dado que permitisse a sua identificação. Ao longo do processo de preenchimento do questionário foram sendo esclarecidas eventuais dúvidas que fossem surgindo em relação ao cabeçalho ou aos itens existentes no instrumento.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O estudo realizado propõe-se analisar as atitudes dos jovens face à violação no contexto de *Date Rape* e verificar se existem diferenças significativas entre mulheres e homens. Na primeira fase do estudo dos resultados irá ser feita uma apresentação descritiva dos dados obtidos, assim como a análise daqueles que foram mais relevantes.

Na análise preliminar dos resultados do CDRAS, observamos que a média geral ($M=3,874$, $SD=0,437$) situa-se sensivelmente acima do valor atribuído ao “neutro” (3), mas próxima do valor conferido ao “Discordo” (4), ou seja, parece haver uma tendência para a rejeição de atitudes tolerantes para com o *Date Rape*. Além disso, verificou-se também que a média mais reduzida, correspondente à pontuação da totalidade dos itens de cada participante, foi $M=3$, tendo a máximo sido $M=5$, o que reforça a ideia anterior.

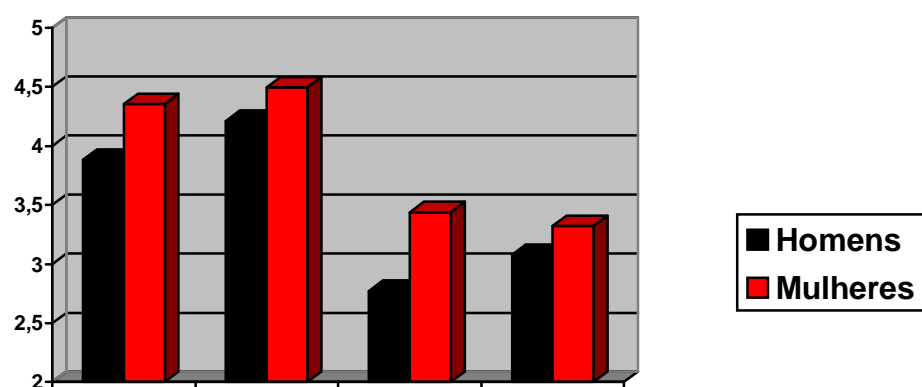
Paralelamente à análise descritiva das médias relativas à pontuação da escala CDRAS, explorou-se também cada item individualmente, onde se verificou que itens que reflectiam a ideia de que a principal motivação para a violação é o sexo, foram os que tiveram a média mais baixa. Por exemplo no item 15 (“Os violadores em contexto de *Date Rape*, são usualmente motivados por um esmagador e incontrolável desejo sexual”) e no item 17 (“Quando uma mulher acaricia o órgão genital de um homem, significa que consentiu em ter relações sexuais com este”), com uma pontuação média de $M=2,685$ e $M=2,937$ respectivamente. Também nos itens respeitantes aos sinais de resistência que a mulher

oferece, houve alguma tolerância para com as atitudes de suporte ao *Date Rape*, tendo em conta que as médias foram consideravelmente baixas, nomeadamente no item 6 (“Muitas mulheres fingem não querer ter relações sexuais, de modo a não parecerem fáceis”, $M=2,729$) e no item 8 (“O grau de resistência que a mulher oferece, deveria ser um factor preponderante ao determinar se ocorreu, ou não, violação”, $M=3,132$).

Depois da análise descritiva, em relação aos dados da totalidade da amostra, explorámos a hipótese colocada pelo objectivo do estudo. Era esperado que houvesse diferenças entre os géneros nas respostas dos itens do CDRAS, uma vez que mulheres e homens tendem a ter expectativas diferentes no que respeita ao comportamento sexual. Assim, depois de se terem testado os pressupostos necessários (normalidade e homogeneidade de variâncias), as médias das respostas foram analisadas utilizando o teste paramétrico de T-Student. Verificou-se então que, com um grau de confiança de 95%, sendo $p = 0,000 < 0,05$, os homens diferem significativamente das mulheres, sendo que os participantes do sexo masculino ($M=3,641$; $SD=0,045$) são tendencialmente mais tolerantes às atitudes de suporte do *Date Rape*, que as participantes do sexo feminino ($M=4,052$; $SD=0,041$). Como se verifica na Tabela 1, as médias dos homens foram sempre inferiores às das mulheres, com a excepção do item 7 onde se verificou o contrário.

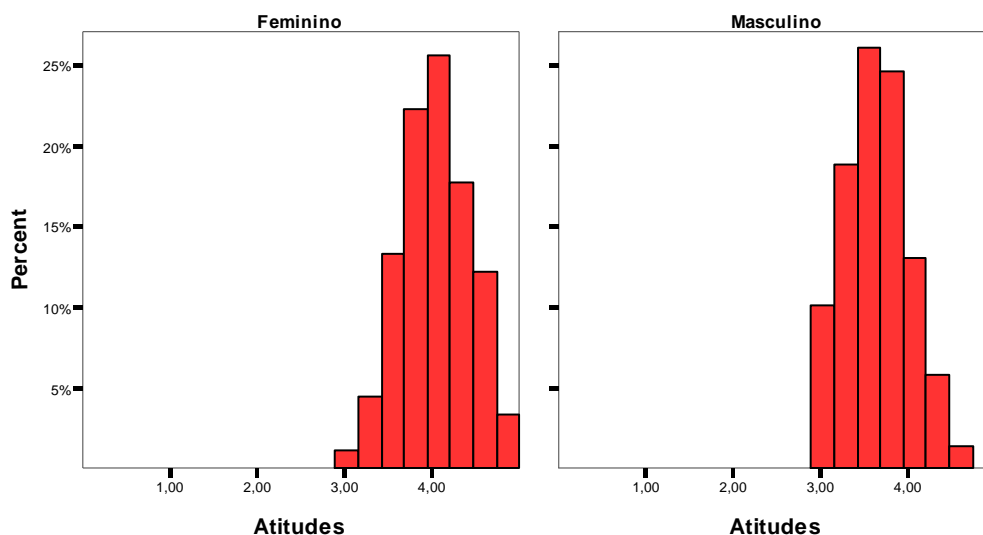
Apesar da maior tolerância dos homens, tanto estes como as mulheres tiveram valores mais baixos nas mesmas categorias de itens, nomeadamente nos que focam a necessidade de sexo como motivação para a violação, e os que representam os sinais de resistência que a mulher oferece ao sexo. Por exemplo, no item 15 os homens obtiveram $M=2,492$ e $SD=0,129$ e as mulheres $M=2,833$ e $SD=0,112$; no item 6 a população masculina teve $M=2,492$ e $SD=0,104$ e as mulheres $M=2,911$ e $SD=0,110$. No entanto, os sujeitos do sexo masculino, ao contrário dos sujeitos do sexo feminino, tiveram uma pontuação baixa também no item 1 ($M=2,855$; $SD=0,113$) que foca os papéis tradicionais do género numa relação sexual, demonstrando ser bastante mais tolerantes nesta categoria.

Figura 1 – Médias dos sujeitos do sexo feminino e masculino nas quatro sub-escalas do CDRAS.



Como podemos observar na figura 1, as sub-escalas com médias mais baixas foram aquelas onde se fazia alusão aos “Papéis tradicionais do género” (os homens com $M=2,773$; $SD=0,658$ e as mulheres com $M=3,437$; $SD=0,621$) e ao descontrolo da “Excitação sexual” (os homens com $M=3,077$; $SD=0,574$ e as mulheres com $M=3,322$; $SD=0,733$) como causa do *Date Rape*. Em ambas, há uma tendência maior para as atitudes tolerantes para com o referido crime sendo que, inclusivamente, os sujeitos do sexo masculino tiveram médias que rondavam o valor 2 (“Concordo”), indo precisamente nesse sentido. No entanto, apesar de nestas sub-escalas se verificarem valores mais reduzidos, para ambos os géneros, utilizando o teste *t*_student verificou-se que existem diferenças significativas entre homens e mulheres ($p_value < 0,005$) em todas as sub-escalas, com os homens a serem mais tolerantes que as mulheres.

Figura 1 – Histogramas da frequência relativa das pontuações médias da amostra do sexo feminino e do sexo masculino.



Podemos observar nos histogramas para ambos os géneros, que as percentagens relativas à frequência das médias, são assimétricas positivas, uma vez que numa escala de 1 a 5, os valores encontram-se situados entre o valor 3 (“Neutro”) e o valor 5 (“Discordo Totalmente”). No entanto, podemos verificar que existem diferenças entre o histograma dos sujeitos do sexo feminino e o histograma dos sujeitos do sexo masculino sendo que, no primeiro caso, o maior valor de frequência percentual encontra-se situado ligeiramente acima da zona do valor 4 (“Discordo”), enquanto no segundo caso, a maior frequência percentual é mais baixa, situando-se sobretudo na zona do 3,5. Apesar de ambos os géneros se mostrarem tendencialmente intolerantes para com as atitudes que apoiam o *Date Rape*, as mulheres assumiram uma atitude de intolerância, visivelmente mais marcada. Ou seja, como podemos verificar na figura 1, enquanto que os homens assumiram uma posição mais neutra, não sendo claramente discordantes para com as atitudes tolerantes ao *Date Rape* (como podemos observar também pelo facto de não haver nenhuma frequência no “Discordo Totalmente” nem uma percentagem muito elevada no “Discordo”), as mulheres tiveram uma postura de discordância visível, como podemos observar pelo facto de, inclusivamente, a frequência do valor 5 ser sensivelmente semelhante à do valor 3.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os objectivos propostos para este estudo consistiam, primeiro, em examinar as atitudes acerca do *Date Rape* em jovens do ensino superior e depois, averiguar se havia diferenças significativas entre homens e mulheres. As médias das pontuações no CDRAS indicam níveis relativamente baixos de atitudes tolerantes para com o *Date Rape*, com uma média de 3,874 (SD=0,437), sobretudo quando em comparação com outros estudos semelhantes, realizados nos EUA, como o de Lanier & Green (2006). Também no que respeita à hipótese colocada, as médias diferem significativamente entre homens e mulheres, sendo que os primeiros (M=3,641; SD=0,045) são tendencialmente mais tolerantes para com o *Date Rape*, quando em comparação com as mulheres (M=4,052; SD=0,041). Estes resultados vão de encontro com outros obtidos em vários estudos (Fisher & Chen, 1994; Holcomb et All, 1991). Também, as diferenças encontradas entre homens e mulheres verificam-se na análise da escala total, assim como na análise mais pormenorizada das suas sub-escalas.

Assim sendo, uma das razões que pode estar na base desta diferença entre homens e mulheres, poderá relacionar-se com a identificação das primeiras com a vítima, pelo facto de serem do mesmo sexo (Barnett, Tetreault, Esper, & Bristow, 1986). Tendo em conta que as mulheres são, historicamente, as grandes vítimas de violência sexual, ao contrário dos homens que surgem geralmente no papel do agressor, este processo de identificação com a vítima pode fazer com que as primeiras se tornem mais empáticas com esta, quando em comparação com os sujeitos do sexo masculino. Assim, torna-se possível que as participantes do sexo feminino sejam mais intolerantes para com as atitudes de condescendência com o *Date Rape*. Também (e apesar dos avanços já existentes, em campanhas realizadas em vários países, como os EUA ou mesmo Portugal, assim como a investigação nos últimos 30 anos), a violência sexual continua a ser considerada por muitos homens e pela sociedade, como um assunto ou problema das mulheres (Lee et all, 2007). Poucas foram as campanhas realizadas direccionando-se aos homens em Portugal, o que poderá ser uma das causas da pontuação destes que, não sendo muito baixa, situa-se sensivelmente acima do “neutro”, podendo indicar alguma incapacidade em pensar no assunto como um problema, grave, também seu.

Tal, justifica também o facto da maior discrepância entre os sujeitos do sexo feminino e masculino encontrar-se na sub-escala dos papéis tradicionais do género.

No entanto, um dos itens com pontuação mais baixa no questionário, remetia para o grau de resistência que a mulher oferece, sendo que tanto os participantes do sexo masculino, como os do sexo feminino revelaram um nível de concordância e, por conseguinte, tolerância, bastante elevado, indo assim de encontro com o facto da sub-escala referente à ideia de que, a excitação sexual como causa principal de *Date Rape*, ter sido a que apresentou uma pontuação mais reduzida e com menor discrepância entre homens e mulheres. Esta situação sugere que, uma vez o homem excitado, se a mulher não oferece resistência, seria porque desejaria ter relações sexuais com este, indicando que os agressores, como forma de saber se podem ou não agir, exploram o grau de resistência oferecido pela mulher. Tal, poderá dever-se à susceptibilidade aos mitos acerca dos papéis do género, da sexualidade de cada indivíduo que remete para o direito ao sexo que, em determinadas circunstâncias, os pode deixar mais vulneráveis à violação, como vítimas ou agressores. Por conseguinte, parece importante elucidar os jovens acerca da importância da resistência e da afirmação do não, de modo a evitar situações de *Date Rape*.

Neste seguimento, um dos factores que parece estar então relacionado com o facto de os valores de discordância não serem, apesar de tudo, muito acentuados, sobretudo no grupo do sexo masculino, pode relacionar-se com a presença de mitos de violação prevalentes ainda na população, como aliás vai de encontro com um elevado numero de estudos (Anderson, I, 2007; Bechhofer & Parrot, 1991; Shelder-Keller, Lloyd McGravey, West & Canterbury, 1994; Fisher & Chen, 1997). Segundo Burt (1991), os mitos são as crenças acerca da violação que servem para culpar a vítima e exonerar o agressor. Assim sendo, crenças como a ideia de que o homem não consegue controlar o seu comportamento quando está sexualmente excitado (sugerindo que cabe à mulher não o excitar ou provocar de algum modo com o seu comportamento), ou a aceitação dos papéis tradicionais do género, nomeadamente que o homem deve ser “duro” e dominante e a mulher submissa, podem também justificar as pontuações obtidas no presente estudo, uma vez que as médias nessas categorias foram consideravelmente baixas. Neste sentido, tendo em conta que o impacto dos julgamentos negativos da vítima, feitos pela sociedade em geral, onde se inclui o ciclo social mais próximo da mulher, reduz a probabilidade de atribuição de responsabilidade pela violação ao perpetrador e a resposta de apoio e suporte emocional à vítima (Brown & Testa, 2008), a existência de mitos tolerantes com o *Date Rape* pode ser um preditor de atitudes algo indulgentes para com a violação nesse contexto. Esta situação dá continuidade à ideia

da violação por conhecidos como um “crime escondido” (Bechhofer & Parrot, 1991), o que terá consequências na atitude dos jovens perante o mesmo.

Contudo, como referido no início, os resultados foram relativamente positivos, na medida em que são tendencialmente intolerantes para com o *Date Rape*, sobretudo no caso dos sujeitos do sexo feminino. Tal poderá dever-se às campanhas contra a violência cometida sobre as mulheres que, nos últimos anos, começam a povoar ocasionalmente as ruas, os locais de convívio social dos jovens e as suas casas, através da televisão, rádio e jornais portugueses. Também poderá dever-se a uma evolução na consciência social, transmitida nas escolas e em casa, acerca dos papéis do género na sociedade em geral e na vivência da sua sexualidade em particular

Conclusão e Limitações

Haverá, naturalmente, limitações no presente estudo, começando pelo facto de ser uma amostra por conveniência, o que poderá pôr em causa a generalização dos resultados, pelo que sugerimos que outros estudos se façam a um nível mais abrangente de jovens portugueses, uma vez que, quanto mais se souber acerca das crenças e atitudes dos jovens, mais e melhor se pode fazer no sentido de as mudar. Também pelo facto de este ser um tema relativamente delicado e sensível socialmente, o facto do tema não ter sido muito estudado em Portugal fez com que alguns dos sujeitos não tivessem tão-pouco conhecimento do problema, olhando para ele pela primeira vez, o que pode sugerir o risco de respostas socialmente desejáveis, apesar de ter sido referido o anonimato das respostas nos questionários. Ao mesmo tempo, por não se conhecer o nível de prevalência de abuso sexual na referida amostra, poderia ser interessante estudá-la. No entanto (e apesar das limitações encontradas), os resultados deste estudo podem ter importantes implicações no desenho de programas com o objectivo de aumentar a atenção dirigida à agressão sexual entre os jovens.

Tendo em conta o nível de prevalência de vitimização sexual denunciada por vários estudos realizados nas últimas três décadas e as investigações conduzidas no âmbito das atitudes e crenças dos jovens face a este assunto (que demonstram existir ainda tolerância para com a violação por conhecidos e em contexto de “Date Rape” em particular), parece-nos uma vez mais de grande relevância, a aposta em programas de consciencialização para os jovens portugueses, que ainda hoje são quase inexistentes em Portugal, no sentido da prevenção da violência sexual. Uma vez que as crenças e mitos sociais são de grande

influência nos comportamentos dos indivíduos em geral, a evolução da consciência social e o evitamento de situações de agressão sexual, deve passar por campanhas de prevenção junto das camadas mais jovens, agora no início dos seus relacionamentos e vida sexual. Estas campanhas, com objectivo de tornar homens e mulheres mais seguros e confiantes nas suas relações sociais e mais alertados para o perigo e consequências do referido crime, poderiam ajudar a diminuir a tolerância para com o *Date Rape* e, em consequência, a prevalência constrangedora de perpetuação e vitimização, um pouco por todo o mundo. Assim, a existência destes programas seria somente benéfica para todos, na medida em que os jovens passariam a ter consciência do problema, diminuiriam o seu nível de tolerância, passando a ter atitudes mais negativas para com o *Date Rape*, acabariam ou diminuiriam os estereótipos que, como anteriormente tínhamos referido, influenciam o comportamento. Ao mesmo tempo, os sujeitos teriam conhecimento de formas de se protegerem e de identificar situações de risco (Klaw, Lonsway, Berg, Waldo, Kothari, Mazurek, Greensboro & Hegeman, 2005). Parece-nos importante referir também que, uma das prioridades destes programas deveria ser a criação de estratégias de inclusão da população masculina nos mesmos e de como os homens podem e devem prevenir violência sexual nas suas comunidades. Assuntos como poder e controlo, direito, papéis de género e equidade entre homens e mulheres nos relacionamentos serão, então, tendo em conta os resultados obtidos neste e noutros estudos já referidos, de grande importância nas campanhas preventivas. Finalmente, tendo em conta que a vitimização e perpetuação começam desde o início da adolescência, seria importante que os programas ser fossem implementados desde o secundário e não somente na universidade.

BIBLIOGRAFIA

Allen, N. (2008) citado por Allen na 2ª International Conference on Community Psychology. Lisboa, June.

Anderson, I (2007) What is a typical rape? Effects of the victim and participant gender in female and male rape perception. *British Journal of Social Psychology* (2007), 47, 225 – 245.

Amnistia Internacional (1995). *Mulheres e Direitos Humanos*. AI: Portugal

Barnett, M. A., Tetreault, P. A., Esper, J. A., & Bristow, A. R. (1986). Similarity and empathy: The experience of rape. *The Journal of Social Psychology* (1986), 126, 47-49.

Bechhofer, L. & Parrot, A. (1991). *Acquaintance Rape: The Hidden Crime*. New York: Wiley

Berta, M., Ornelas, J. H. & Maria, S. (2007) Sobreviver ao medo de violação: Constrangimentos enfrentados pelas mulheres. *Análise Psicológica* (2007), 1 (15), 135–147.

Bohner G., Siebler F., Schmelcher J. (2006). Social Norms and the Likelihood of Raping: Perceived Rape Myth Acceptance of Others Affects Men's Rape Proclivity. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 32 (3), 286-297.

Brown, A.L. & Testa, M. (2008) Social influences on judgements of rape victims: The role of the negative and positive social reactions of others. *Sex Roles* (2008), 58, 490 – 500.

Burt, M. R. (1980). Cultural Myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology* (1980). 38 (2), 217 – 230.

Burt, M. R. (1991) Rape myths and acquaintance rape. In A. Parrot & L. Becchofer (eds). *Acquaintance Rape: The Hidden Crime* (pp. 26-40). New York: Wiley.

Calhoun, K & Townsley, R. (1991) Attributions of responsibility for acquaintance rape. In Bechhofer, L. & Parrot, A. (1991). *Acquaintance Rape: The Hidden Crime* (pp. 57-69). New York: Wiley

Caron, S. L. & Carter, D. B. (1997). The relationships among sex role orientation, egalitarianism, attitudes toward sexuality and attitudes toward violence against women. *The Journal of social psychology* (1997). 137 (5), p. 568 – 587.

Carr L. J. and VanDeusen M. K. (2004). Risk Factors for Male Sexual Aggression on College Campuses. *Journal of Family Violence*, 19, (5), October.

Chapleau M. K., Oswald L. D., Russell L. B. (2008). Male Rape Myths. *Journal of Interpersonal Violence*, 23 (5), 600-615.

- Cowan, G. (2000) Beliefs about the causes of four types of rape. *Sex Roles* (2000), 42 (9/10), 807 – 822.
- Cruz, A. M. & Lopes, F. (1990). Criminalidade e cultura *in* actas do colóquio internacional organizado pela associação mundial de psiquiatria e psicologia forenses e pelo centro de estudos judiciais. Lisboa: Cadernos do CEJ.
- Field, H. S. (1978) Attitudes toward rape: A comparative analysis of police, rapists, crisis counsellors and citizens. *Journal of Personality and Social Psychology* (1978), 36 (2), 156 – 179.
- Fisher, G. J. & Chen, J. (1994) The attitudes toward forcible date rape (FDR) scale: Development of a measurement model. *Journal of Psychopathology and Behavioural Assessment*. (1994), 16 (1), 33-51.
- Flack, W.F., Jr., Daubman, K.A., Caron, M.L., Asadorian, J., D'Aureli, N., Kiser, S., Hall, A., Gigliotti, S., & Stine, E.. (2007). Risk factors and consequences of unwanted sex among university students: Hooking up, alcohol, and stress response. *Journal of Interpersonal Violence*, 22, 139-157.
- Frazier, P. A. & Seals, L. M. (1997) Acquaintance rape is real rape. In M. D. Schwartz (Ed.), *Researching sexual violence against women: Methodological and personal perspectives* (pp. 54 – 64). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Gidycz, C. & Koss, M. (1991). The effects of acquaintance rape on the female victim. In Bechhofer, L. & Parrot, A. (1991). *Acquaintance Rape: The Hidden Crime* (pp. 270 - 283). New York: Wiley
- Gray M. J. (2006) Rape myth beliefs and prejudiced instructions: Effects on decisions of guilt in a case of date rape *Psychology* (February, 2006), 11 (1), 75 – 80.
- Hickman, S., & Muehlenhard, C. (1997). College women's fears and precautionary behaviour relating to acquaintance rape and stranger rape. *Psychology of Women Quarterly* (1997), 21, 527 – 547.
- Hink, S. & Thomas, R. (1999). Rape myth acceptance in college students: How far have we come? *Sex roles*, 40, 815-832
- Holcomb R. D., Holcomb C. L., Sondag K. A., Williams N. (1991). Attitudes about date rape: Gender differences among college students. *College Student Journal* (Dec 1991), Vol 25(4), 434-439.
- Humphreys T. (2007). Perceptions of Sexual Consent: The Impact of Relationship History and Gender. *Journal of Sex Research*, (44) issue 4 October, 307 – 315.
- Humphreys, T. & Herold, E. (2007). Sexual consent in heterosexual relationships: Development of a new measure. *Sex Roles* (2007). 57, 305 – 315.

- Jimenez, J. & Abreu, J. (2003) Race and sex effects on attitudinal perceptions of acquaintance rape. *Journal of Counseling Psychology*, 50 (2), 252 – 256.
- Katz, B. (1991) The psychological impact of stranger versus nonstranger rape on victims' recovery. In Bechhofer, L. & Parrot, A. (1991). *Acquaintance Rape: The Hidden Crime* (251-269). New York: Wiley
- Klaw L E., Lonsway A. K., Berg R. D., Waldo R C., Kothari C., Mazurek J. C., Greensboro L. and Hegeman E. K. (2005). Challenging Rape Culture: Awareness, Emotion and Action through Campus Acquaintance Rape Education. *Women & Therapy Journal* (Feb, 2005), 28 (2), 47 – 63.
- Koss, M. P., Gidycz, C. A. & Wisniewski, N. (1987). The scoop of rape: Incidence and prevalence of sexual aggression and victimization in a national sample of students in higher students. In *Journal of Consulting and Clinical Psychology* (1987), 55 (2), 162-170.
- Koss, M. (1988) Hidden rape: Sexual Agression and victimization in a national sample of students in higher education. In A. W. Burgess (ed.), *Rape and sexual assault II* (pp. 3-25). New York: Garland
- Lanier, C. A., & Green, B. A. (2006). Principal component analysis of the college date rape attitude survey (CDRAS): An instrument for the evaluation of date rape attitude survey. *Journal of Agression, Maltreatment & Trauma* (2006), 13 (2), 79 - 93
- Lee, J., Busch, N. B. & Kim, J. (2007) Attitudes toward date rape among university students in South Korea. *Sex Roles* (2007), 57, 641 – 649.
- Maria, S. (2004). *Mulheres sobreviventes de violação*. Lisboa: Livros Horizonte
- Mcdonald W. T. & Kline M. L. (2004) Perceptions of Appropriate Punishment for Committing Date Rape: Male College Students Recommend Lenient Punishments. *College Student Journal*, 38.
- Muehlenhard, C. L. & Linton, M. A. (1987). Date rape and sexual aggression in dating situations: Incidence and risk factor. *Journal of counselling psychology* (1987), 34 (2), 186-196.
- Muehlenhard, C. & Schrag, J. (1991) Nonviolent sexual coercion. In Bechhofer, L. & Parrot, A. (1991). *Acquaintance Rape: The Hidden Crime* (115-128). New York: Wiley
- Norris, J., & Feldman-Summers, S. (1981). Factors related to the psychological impacts of rape on the victim. *Journal of Abnormal Psychology*, 90 (6), 562-567.
- Paiva, C., e Figueiredo, B. (2003) Abuso no contexto do relacionamento intimo com o companheiro: Definição, prevalência, causas e efeitos. *International journal of clinical and health psychology* (2004), 5 (2), 243 – 272.
- Paiva, C., e Figueiredo, B. (2004) Abuso no relacionamento intimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica* (2004), 36, 75 – 107.
- Pereira, A; Matos, M. & Machado, C. (2006). Violência sexual na conjugalidade. Um estudo exploratório sobre as narrativas da vitima. *Psychologica*, 41, 119 – 150.

Quina, K. & Carlson, N. (1989). *Rape, incest, and sexual harassment: A guide to help survivors*. New York: Praeger.

Ribeiro, J. (1999). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*. Lisboa: Climepsi Editores

Rickert VI, Wiemann C. M. (1998). *Date rape among adolescents and young adults*. *Journal of Pediatric and Adolescents Gynecology* (Nov, 1998), 11(4), 167-75.

Russo, L. (2000) Date rape: A hidden crime. Consultado a 16 de Junho de 2008 através de <http://www.aic.gov.au>.

Sawyer G. R., Desmond M. S., and Lucke M.G. (1993). Sexual communication and the college student: Implications for date rape. *Health Values: The Journal of Health Behavior, Education & Promotion* (Jul-Agost, 1993), Vol 17(4), 11-20.

Shapiro, B. L. & Schwartz, J. C. (1997). Date rape: Its relationship to trauma symptoms and sexual self-esteem. In Lee, J., Busch, N. B. & Kim, J. (2007) Attitudes toward date rape among university students in South Korea. In *Sex Roles* (2007), 57, 641 – 649.

Sheldon-Keller, A.; Lloyd-McGarvey, E.; West, M. & Canterbury, R. J. (1994). Attachment and assessment of blame in Date Rape scenarios. *Social Behaviour and Personality* (1994),22 (4), 313 – 318.

Shultz, S. K., Scherman, A. & Marshall, L. J. (2000). Evaluation of a university-based date rape prevention program: Effect on attitudes and behaviour related to rape. In Lee, J., Busch, N. B. & Kim, J. (2007) Attitudes toward date rape among university students in South Korea. In *Sex Roles* (2007), 57, 641 – 649.

Smith, P. H., White, J. W. & Holland, L. J. (2003). A longitudinal perspective on dating violence among adolescent and college-age women. *American Journal of Public Health* (2003), 93 (7), 1104 – 1109.

Strauss, M. A., Aldrighi, T., Borochowitz, D. Y. Brownridge, D. Y., Chan, E. L., Figueiredo, B., Gagne, M. H., Galliher, R. V., Herbert, M., Jamieson, E., MacMillan, H. L., Laport, L., Paiva, C., Ramirez, I. L., Trochme, N., Walsh, C. & Yodanis, C. L. (2002, Setembro). Physical and sexual assault on dating partners. In Paiva, C., e Figueiredo, B. (2004) Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75 – 107.

Vala, J & Monteiro, M. B (2006) *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Ward, C. (1988) The attitudes toward rape victims scale: Construction, validation, and cross-cultural applicability. *Psychology of Women Quarterly* (1988), 12, 127 – 146.

Ward, C. (1995). *Attitudes toward rape: Feminist and social psychological perspectives*. London: Sage

Warshaw, R. & Parrot, A. (1991) The contribution of sex-role socialization to acquaintance rape. In Bechhofer, L. & Parrot, A. (1991). *Acquaintance Rape: The Hidden Crime* (pp. 73 – 82). New York: Wiley

Yael I., Ben-David S., and Ben-Nachum E. (2008). Attribution of blame to rape victims among therapists and non-therapists. *Behavioral Sciences & the Law*, Vol 25, Issue 1,103 – 120.

ANEXO 1 – CDRAS

O presente estudo insere-se na área de psicologia clínica e tem por objectivo estudar a problemática do “**Date Rape**” no contexto universitário do ISPA. Este tipo de violação, “**Date Rape**”, consiste numa interacção sexual conseguida contra a vontade do outro, entre pessoas que namoram ou saem juntas, quer seja o primeiro encontro, quer seja já uma relação estabelecida.

Posto isto, de modo a poder avaliar as suas respostas, ser-lhe-ão apresentadas algumas afirmações acerca do tema em questão, todas elas com uma escala de concordância em relação às mesmas, nas quais deverá colocar uma cruz naquela que, segundo a legenda, melhor expresse a sua opinião.

Lembro-lhe de que não existem respostas mais correctas que outras. Por conseguinte, sinta-se à vontade para responder aquilo que sente. Todas as suas respostas são confidenciais e anónimas.

Desde já, obrigada pela sua colaboração.

Joana Croca

ANEXO 2 – Revisão da Literatura

A violência tem sido uma constante na história da evolução humana desde os seus primórdios, sendo que no contexto do processo dito civilizacional, a violação de mulheres tem servido de arma de arremesso contra uma qualquer causa ou guerra. Por exemplo, no século XII, os cruzados violaram inúmeras mulheres em nome da religião; no século XV, no processo de “conquista das Américas” a violação de indígenas surgiu em massa, usando-as como meio ou modo de posse territorial; na 1ª Guerra Mundial, a violação foi utilizada pela Alemanha enquanto arma de terror e de esmagadora violência contra as mulheres e como arma de vingança usada pelo exército soviético na 2ª Guerra Mundial; e na Bósnia-Herzegovina, uma dose sem precedentes (e incalculável) de abuso, causou choque e consternação a nível mundial. Contudo, estes são apenas alguns dos muitos casos onde o uso de violência sexual foi usado contra as mulheres, reflectindo o terror especial que guarda para as mesmas e o poder que confere ao violador sobre as vítimas. Deste modo a violação, utilizada em tempos de conflito, vem reflectir, também, as desigualdades que as mulheres enfrentam, quotidianamente, naquele que se diz ser um tempo de paz (Amnistia Internacional, 1995).

Naturalmente que, com o evoluir das sociedades e culturas, muito se foi transformando e modificando, porém, muito terreno parece estar por desbravar no que respeita aos direitos humanos. A paridade entre homens e mulheres não é ainda uma realidade que permite a inexistência deste tipo de violência, ser homem ou ser mulher, não é um mero dado biológico, neutro socialmente, mas sim um meio de qualificação social de um género, que acarreta consigo um conjunto de papéis específicos, impostos pela cultura dominante, na qual a mulher se encontra numa postura de sujeição pessoal e social, dando conta de que o modelo predominante ainda é o do Masculino (Maria, 2004). Nos dias de hoje, ainda que noutros contextos e noutros moldes, a violência em geral e a violação em particular, é ainda uma realidade muito frequente, sendo que vários são os estudos que o comprovam. Por exemplo, segundo Diana Russel, nos Estados Unidos da América, em cada três minutos uma mulher é violada, uma em cada quatro irá tornar-se vítima de violação no decorrer da sua vida e uma em cada duas tornar-se-á vítima de uma tentativa de violação (cit por Maria, S., 2004).

Existe, contudo, uma variedade de factores que influenciam a percepção acerca dos violadores, vítimas e situações de violação, que se encontram, frequentemente, relacionados com

a experiência pessoal de cada um, as atitudes e preconceitos também sobre a violação, as vítimas e violadores. Estas crenças podem, inclusivamente, constituir o principal meio de informação sobre este tipo de crime. Por conseguinte, neste estudo pretende-se compreender quais as atitudes e crenças dos estudantes do ensino superior do ISPA.

Definição e Enquadramento Legal do Conceito de Violação

Assim como os próprios conceitos foram evoluindo, bem como a consciência social de cada indivíduo e sociedade em geral, também a noção de violação se foi modificando, enquanto ideia e na resposta das pessoas à mesma. Segundo Brownmiller (1975) a violação, de forma geral, não é mais nem menos que um processo consciente de intimidação, através do qual os homens mantêm as mulheres com medo (cit por Maria, 2004). Koss (1988 – p.3) definiu o abuso sexual como *uma interacção sexual conseguida contra a vontade do outro, através do uso da ameaça, força física, persuasão, uso de álcool/drogas, ou recurso a uma posição de autoridade.*

Com a evolução das mentalidades, também a legislação se foi modificando e adequando à realidade do seu tempo. O código penal Português, sofreu então alterações no que respeita à definição e punição da violação. Em 1979, esta encontrava-se referida no Artigo 393.º da seguinte forma: *aquele que tiver cópula ilícita com qualquer mulher, contra sua vontade, por meio de violência física, de veemente intimidação, ou de qualquer fraude, que não constitua sedução, ou achando-se a mulher privada do uso da razão, ou dos sentidos, comete o crime de violação e terá pena de prisão maior de dois a oito anos.*

Mais tarde, em 1982, a lei foi alterada e inserida no capítulo dos crimes contra fundamentos ético-sociais da vida social, secção dos crimes sexuais, no artigo 201.º, no qual violação constava como:

1. *Quem tiver cópula com mulher, por meio de violência, grave ameaça ou, depois de, para realizar a cópula, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir ou ainda, pelos mesmos meios, a constranger a ter cópula com terceiros, será punido com prisão de 2 a 8 anos;*

2. *Na mesma pena incorre quem, independentemente dos meios empregados, tiver cópula ou acto análogo com menor de 12 anos ou favorecer estes actos com terceiros;*

3. *No caso n.º 1 deste artigo, se a vítima, através do seu comportamento ou da sua especial ligação com o agente, tiver contribuído de forma sensível para o facto, será a pena especialmente atenuada. (cit. in Maria, 2004, pag.22)*

Parece-nos importante salientar que, aquando das alterações realizadas entre a lei vigente em 1979 e a de 1982, a palavra “ilícita” foi excluída. Tal denota que, essa mesma palavra fazia

com que a violação, quando cometida pelo parceiro sexual da vítima, nomeadamente o seu marido, fosse excluída do processo crime, uma vez que a cópula no casamento, para os juristas, seria sempre lícita, independentemente daquilo que nela estivesse implicado (Maria, S., 2004). No entanto e apesar desta mudança, a pena considerada para o crime de violação manteve-se inalterada. Em 1995, na revisão ao Código Penal Português, realçou-se então a necessidade de corrigir o desequilíbrio entre as penas previstas para os crimes contra as pessoas e os crimes contra o património, uma vez que, para os últimos, a pena poderia ir até 10 anos. Assim sendo, no código penal vigente actualmente, o crime de violação encontra-se integrado no capítulo cujo título é “Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, na secção dos “crimes contra a liberdade sexual”, no artigo 164.º e diz o seguinte:

1. *Quem por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa a sofrer ou praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos;*

2. *Quem abusando de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, constranger outra pessoa, por meio de ordem ou ameaça não compreendida no número anterior, a sofrer ou a praticar cópula, coito anal ou coito oral, consigo ou com outrem, é punido com pena de prisão até 3 anos (cit in Maria,S.,2004, pg.22).*

Como se pode verificar, foi modificada a questão da “provocação” por parte da vítima, como atenuante do crime de violação, assim como a pena prevista para o referido crime pode ir até mais 2 anos que no código penal anterior. Ficou igualmente previsto legalmente o “coito anal ou coito oral” em acrescento à cópula, tendo havido a preocupação com o facto de a última excluir o coito anal e oral. No entanto, a pena para a penetração com qualquer objecto inanimado não se encontra ainda prevista (Maria, S. 2004).

Date Rape e Atitudes Face ao Date Rape

Apesar da concepção generalizada de que a violação é cometida habitualmente por estranhos, existem diferentes contextos onde esta pode surgir e com diferentes perpetradores. Assim, apesar de durante bastante tempo se ter mantido então o mito de que o referido crime seria perpetrado sobretudo por estranhos, vários são os estudos que têm vindo a provar o contrário, ou seja, que a maioria das situações de agressão sexual, são perpetradas por conhecidos da vítima, em situações de *Date*, relações maritais, entre outros (Maria, 2004; Cruz & Lopes, 1990; Quina, 1989; Pereira, A., Matos, M. & Machado, C., 2006; Bechhofer & Parrot, 1991; Frazier & Seales, 1997; Shapiro & Schwartz, 1997; Koss, 1988). Usualmente o *Date Rape* e outras formas de

agressão sexual dentro deste contexto e por conhecidos no geral, são então subestimadas, não sendo frequentemente consideradas enquanto crime ou agressão sexual quando em comparação com a violação perpetrada por estranhos (Bechhofer & Parrot, 1991; Frazier & Seales, 1997; Anderson, 2007; Burt, 1980). No entanto e apesar disso, a violação cometida por conhecidos tem uma incidência muito elevada e acarreta consigo consequências psicológicas muito complicadas no que respeita à mulher. Estima-se que uma grande parte das mulheres violadas são adolescentes e jovens adultas, sendo que cerca de 71% têm idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos e cerca de 22% têm idades compreendidas entre os 19 e os 24 anos (Carr & VanDeusen, 2004). Por conseguinte, devido a esta realidade cada vez mais intrusiva no quotidiano comum, iremos desenvolver e estudar as atitudes face à violação perpetrada em contexto de encontros e/ou no namoro (*Date Rape*).

As atitudes são tidas como predisposições comportamentais adquiridas, introduzidas na análise do comportamento social para dar conta das variações de comportamento em situações aparentemente iguais. Assim sendo, como estados de predisposição latente para agir de determinada forma, representam aquilo que resulta da experiência de cada indivíduo e que, por conseguinte, influencia o seu comportamento (Jaspers cit in psicologia social, 2004, p.189). Ou seja, a atitude é uma predisposição para responder de forma favorável ou desfavorável a um acontecimento, pessoa, objecto ou instituição, e expressa-se através de um julgamento avaliativo, feito a partir da observação. No entanto, as atitudes têm intensidades diferentes, podendo ter posições mais fortes ou mais fracas. Ou seja, podemos ter a mesma direcção de atitudes, mas ter posições mais fortes ou mais fracas e portanto, atitudes também elas mais fortes ou fracas (Fazio, cit. in psicologia social, 2004, p.189). Neste sentido, torna-se importante estudá-las, na medida em que elas são predictoras de um determinado comportamento. Por exemplo, pessoas com uma atitude mais tolerante para com o *Date Rape*, serão mais coniventes com os mitos de violação e, por conseguinte, terão uma maior probabilidade de culpabilizar a vítima pelo crime, em detrimento do agressor (Burt, 1980).

Apesar da prevalência verificada, o *Date Rape* continua pouco reconhecido como abuso sexual ou crime (Ward, 1995), sendo antes sentido pela sociedade em geral como uma “não violação”, sobretudo quando em comparação com as vítimas de violação por desconhecidos, sugerindo que se trata antes de um acontecimento natural ou que, de certo modo, terá sido provocado pela própria vítima que o desejava e se não desejava, não deveria ter provocado o agressor (Bechhofer & Parrot, 1991; Calhoun & Townsley, 1991; Lee, et al, 2007). Desta forma, as próprias mulheres, vítimas, invariavelmente se sentem culpadas pelo sucedido (Chapleau, Oswald, Russel, 2008), não se vendo como vítimas, ou pelo menos, não como “vítimas legítimas”

de crime (Estrich, 1987 cit por Bechhofer & Parrot, 1991). Tal poderá estar na base de, apesar de muitas estimarem que a violação por conhecidos é mais frequente que a cometida por estranhos, tenderem a temer mais a segunda que a primeira (Hickman & Muehlenhard, 1997). Esta situação é mais séria do que à partida seria percepcionado, uma vez que o tipo de violação por conhecidos é muito mais frequente que a violação cometida por estranhos, como referido anteriormente. Esta falha ao reconhecer o *Date Rape* enquanto violação, parece ser então reflexo de crenças sociais de que *a violação real é aquela cometida por um estranho, que usa uma arma – num assalto realizado à noite, na rua, com muita violência, resistência da vítima e com severas marcas ou sinais de resistência* (Burt, 1991, p.27). Neste seguimento, sendo o *Date Rape* usualmente denominado de “crime escondido” (Bechhofer & Parrot, 1991), tem pequenas probabilidades de ser denunciado e, quando o é, tem menos probabilidades de ser julgado ou de o violador ser condenado à prisão. Este preconceito pode sugerir que o referido crime não é tão traumatizante para a vítima como a violação cometida por um estranho, no entanto, as vítimas de *Date Rape* sofrem os mesmos efeitos psicológicos, senão maiores, que as vítimas de violação cometida por desconhecidos, tendo em conta que é uma experiência devastante física e psicologicamente, em ambos os casos, com a agravante que quando é cometida por conhecidos, o apoio legal, médico e da rede social da vítima é frequentemente diminuto (Katz, 1991; Gidycz & Koss, 1991).

Estas convicções podem ter que ver com um aglomerado de mitos associados à violação, que surgem também pelo facto do *Date Rape* ser um fenómeno complexo, relacionado com a sexualidade (que mesmo actualmente é ainda considerada tema tabu), o que faz com que, por isso, seja difícil de abordar, dando espaço ao aparecimento dos referidos mitos que influenciam a forma como as pessoas vêem o *Date Rape* e o modo como atribuem culpabilidades.

Algumas das crenças de que falámos são, por exemplo, a ideia de que os violadores seriam sempre estranhos (Maria, 2004; Cruz & Lopes, 1990; Quina, 1989), situação que já se verificou não ser verdadeira; a ideia de que a culpabilidade da violação é geralmente das vítimas; os papéis sexuais do género; e a ideia de que os homens são motivados por impulsos sexuais incontroláveis.

No que respeita à culpabilidade atribuída às vítimas, este é um fenómeno frequente, que se torna ainda mais marcado quando se trata de violação por conhecidos. As pessoas em geral acreditam que as mulheres, de alguma forma, deviam conhecer as intenções dos homens (Maria, 2004). Quando uma mulher é violada por um conhecido, parece necessário atribuir a culpa a alguém, quer seja a um dos intervenientes do acto, quer à sociedade em geral. No entanto, na grande maioria das vezes, a mulher é quem recebe, infelizmente, a culpa pelo sucedido. (Allison, J & Wrightsman, 1993, cit por Maria, 2004). Ou seja, existe a crença de que a violação é

provocada, de certo modo, pela vítima, como por exemplo por esta se vestir de forma provocante, beber álcool ou pelo modo como se comporta geralmente. (Field, 1978, Lee, 2007, Burt 1991). Inclusivamente, muitas vezes, as mulheres têm de descrever todo o cenário de violação em tribunal, de modo a averiguar se não houve nenhum tipo de circunstância ou comportamento das mesmas, susceptível de lhes atribuir culpabilidade. Ainda, tendo em conta que geralmente a vítima é a única testemunha do crime, o seu histórico de envolvimento sexual é usualmente também explorado em contexto de julgamento, como meio de jogar com a sua credibilidade e eventual merecimento pelo sucedido, podendo justificar até o acto criminoso, ilibando ou atenuando a pena ao violador (Lees, 1996, cit por Lee, 2007, Calhoun & Townsley, 1991).

Outra das questões pertinentes nas crenças relativas à violação e que, de certo modo, engloba todas as outras, são os estereótipos relativos aos papéis do género nas relações sexuais. Ao longo do processo de crescimento e desde crianças que, rapazes e raparigas, são invadidos por mensagens directas e indirectas acerca de como se deveriam comportar, tendo por base o seu género. Estas mensagens, por sua vez, provêm das mais variadas fontes como os pais, familiares, conhecidos, amigos e também de outros meios culturais como a televisão, cinema, livros, musicas, etc. Neste sentido, em resultado destas aprendizagens, a generalidade das crianças, mais tarde jovens mulheres e homens, absorvem-nas com mais ou menos intensidade, fazendo com que ajam também consoante elas. Por exemplo, ainda hoje, de uma mulher é esperado alguma fragilidade, simpatia e delicadeza ou submissão, e do homem é esperado dureza, posições de domínio e agressividade no trato (Warshaw & Parrot, 1991). Neste género de ideias e estereótipos insere-se, por exemplo, a resistência que a mulher oferece ao homem. Esta resistência, que se refere à ideia de que a mulher diz não ao sexo, quando o que realmente quer dizer é sim foi focada na literatura acerca das atitudes face à violação, uma vez que pode aumentar a probabilidade de perpetuação da mesma (Muehlenhad & Hollabaugh, 1988). Tal acontece porque permite ignorar a recusa genuína da mulher de ter sexo, de modo a facilitar e justificar a falta de atenção e importância atribuída à sua recusa verbal da mulher.

Ainda, outro dos mitos prevalentes socialmente, é a ideia de que o homem não consegue controlar os seus impulsos sexuais (Burt, 1991). A sexualidade masculina funciona mais indirectamente enquanto mito de violação porque, apesar de colocar a causa da violação no seu perpetrador, propõe que o homem não consegue controlar os seus impulsos sexuais, tornando a mulher responsável por provocar a violação, ou seja, se o homem não consegue controlar os seus impulsos sexuais, é responsabilidade da mulher não o provocar (Cowan, 2000). No entanto, alguns estudos revelam que os violadores têm geralmente acesso regular a uma parceira sexual e, a maior parte deles, têm vidas perfeitamente normais, sendo que a maioria das violações são

planeadas (Maria, 2004). Assim sendo, a violação não será só um acto de penetração, mas sim de aplicação de poder dos homens sobre as mulheres (Campbell & Davidson, 1993 cit por Maria, 2004).

Segundo Bohner et all (2006 cit por Maria, 2004), existe uma correlação entre a aceitação destes mitos e a propensão para a violação, sendo que esta é bastante elevada no sentido de que, quanto maior a crença nos mitos, maior a tendência para cometer o crime. No seguimento desta ideia surge a necessidade de falar de prevenção, de modo a poder desmistificar crenças acolhidas pelos jovens ainda hoje e dar-lhes informação sobre como prevenir situações de *Date Rape*, fazendo-os estar mais atentos aos sinais, aceitar melhor os seus pares que já foram vítimas do referido crime e tomar conhecimento de como gerir uma relação saudável (Allen, 2008) como também dar-lhes armas para se defenderem no caso de tal vir a ocorrer. Vários estudos conduzidos nos EUA vieram demonstrar que jovens que frequentassem programas educacionais de prevenção à agressão sexual eram menos tolerantes para com atitudes de conivência com o *Date Rap*, que aqueles que não frequentavam os referidos programas (Hink & Thomas, 1999; Shultz et all, 2000, in Lee et all, 2007).

Diferenças entre Géneros

Os homens são tendencialmente mais tolerantes para com os mitos de violação quando em comparação com as mulheres, sendo portanto também mais tolerantes para com as atitudes que desculpabilizam o *Date Rape* (Jiminez, J. & Abreu, J., 2003; Caron, S. & Carter, D., 1997; Bohner, Siebler, Schmeicher, 2006). Tendo em conta que as pessoas tendem a modular os seus julgamentos, consoante os seus comportamentos, tendo também a necessidade de os justificar (Yael, Ben-David, Bem-Nachum, 2008), os homens possuem atitudes mais tolerantes e atribuem maior culpabilidade à vítima, de modo a poderem “desculpar-se” também dos actos cometidos. Talvez também como um mecanismo de auto-protecção, as mulheres que culpam a vítima podem pensar que foi algo que ela fez e, por conseguinte, se sintam menos vulneráveis. Por outro lado, os homens vêem a vítima de violação por um estranho como menos inocente, fazendo com que, para estes, merecesse mais o acontecimento e em consequência lhes permitisse sentirem-se menos culpados (Calhoun & Townsley, 1991). Estudos comprovam que um em cada quatro homens concorda que, muitas vezes, é a mulher que provoca a violação pelo seu comportamento (Holcomb, 1993). Uma investigação abordou o tipo de comunicação entre jovens do sexo masculino e feminino neste tipo de encontros (*Date*), onde se concluiu que as mulheres têm a

sensação de conseguir determinar as intenções dos homens que acabam de conhecer. Porém, os homens, referem que as mulheres transmitem mensagens difusas, escondendo muitas vezes as intenções em relação ao que realmente querem. Esta situação potencia o aumento de incidência de *Date Rape* (Sawyer, Desmond & Lucke, 1993). Em continuidade, num estudo realizado por Humphreys (2007), ao contrário dos homens, as mulheres necessitam de uma resposta convincente, para terem a certeza de que a pessoa se encontra disponível para ter uma relação sexual, sendo que as diferenças entre homens e mulheres neste tipo de interações são muito significativas. Esta diferença e falta de comunicação pode estar na origem de falsas ideias de que quando a mulher diz não ao sexo, o que ela realmente quer dizer é talvez.

É necessário desmistificar o crime de violação para que este deixe de ser um motivo de sofrimento silencioso de muitas mulheres (pelo sentimento de culpa, pela vergonha, pelo medo, pela falta de apoios, etc), sem que os verdadeiros culpados de tal sejam responsabilizados (in Maria, 2004, p.12). Norris & Feldman-summers (1981) concluíram que a atribuição de auto-responsabilização, compreensão recebida pelos outros e severidade da violação, estão significativamente correlacionados com o impacto psicológico da violação. Assim sendo, a severidade da violação está fortemente relacionada com a frequência de sintomas psicossomáticos, a atribuição de auto-responsabilização e a compreensão recebida pelos outros estão significativamente relacionados com o nível de reclusão (“Ir sozinha a bares” ou “ir sozinha a concertos e cinemas”).

Esta situação revela então a necessidade de programas de prevenção e intervenção junto dos jovens, bem como a pertinência de estudos acerca das atitudes dos jovens universitários portugueses, para que desse modo possa ser possível fazer e/ou melhorar os referidos programas de esclarecimento e prevenção, que permitam à mulher uma melhor qualidade de vida, confiança e segurança em si mesma e no meio que a circunda, e ao homem um melhor entendimento e compreensão para com os seus pares do sexo feminino, prevenindo a grande incidência de *Date Rape*.

ANEXO 3 – Tabelas do SPSS

Teste à Normalidade e à Homogeneidade de Variâncias

Tests of Normality

Sexo		Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Atitudes	Feminino	,065	90	,200 [*]	,991	90	,820
	Masculino	,081	69	,200 [*]	,973	69	,146

a. Lilliefors Significance Correction

*. This is a lower bound of the true significance.

Test of Homogeneity of Variance

		Levene Statistic	df1	df2	Sig.
Atitudes	Based on Mean	,112	1	157	,738
	Based on Median	,151	1	157	,698
	Based on Median and with adjusted df	,151	1	156,769	,698
	Based on trimmed mean	,119	1	157	,731

Teste T-Student para os valores globais do CDRAS

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	Df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
									Lower	Upper
Atitudes	Equal variances assumed	,112	,738	6,602	157	,000	,41034	,06216	,28757	,53311
	Equal variances not assumed			6,648	149,985	,000	,41034	,06173	,28838	,53231

Teste T-student das sub-escalas do CDRAS

Independent Samples Test										
		Levene's Test for		t-test for Equality of Means						
		Equality of Variances		t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
		F	Sig.						Lower	Upper
Culpabilidade	Equal variances assumed	,005	,945	7,340	157	,000	,47150	,06424	,34461	,59839
	Equal variances not assumed			7,300	143,414	,000	,47150	,06458	,34384	,59916
direito	Equal variances assumed	1,003	,318	3,795	157	,000	,28396	,07482	,13617	,43175
	Equal variances not assumed			3,859	153,901	,000	,28396	,07359	,13859	,42933
Papeis_Tradicionais	Equal variances assumed	,111	,740	6,510	157	,000	,66409	,10201	,46260	,86558
	Equal variances not assumed			6,461	142,040	,000	,66409	,10279	,46090	,86728
excitação_sexual	Equal variances assumed	2,892	,091	2,287	157	,024	,24493	,10711	,03336	,45650
	Equal variances not assumed			2,360	156,911	,019	,24493	,10377	,03997	,44989

Tabela dos Valores Descritivos dos Resultados Globais da Amostra

		Statistic		Std. Error	
Atitudes	Sexo	Mean	4,0523		
	Feminino	Variance	,158		,04185
		Std. Deviation	,39705		
		Minimum	3,12		
		Maximum	5,00		
	Masculino	Mean	3,6419		,04537
		Variance	,142		
		Std. Deviation	,37689		
		Minimum	3,00		
		Maximum	4,53		

**DATE RAPE: ATITUDES FACE AO PROBLEMA.
ESTUDO REALIZADO COM ESTUDANTES DA LICENCIATURA
EM CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS DO ISPA**

JOANA MARIA PEREIRA CROCA

Orientador de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ ORNELAS

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ ORNELAS

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade PSICOLOGIA CLÍNICA

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Prof. Dr. José Ornelas,
apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para
obtenção do grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o
despacho da DGES, nº 19673/2006 publicado em Diário de Republica 2^a
série de 26 de Setembro de 2006.

Ao meu avô Artur

Pelo completar de um sonho e uma alegria que mais do que minha, é nossa.

Não podia deixar de agradecer...

Ao meu orientador José Ornelas, pelo esclarecimento, pelos saberes de psicologia comunitária, partilhados em cada aula e pelo apoio ao longo do processo.

Aos meus pais e ao meu irmão,
Pelo apoio incondicional, pela paciência infinita e, sobretudo, por me proporcionarem a possibilidade desta grande aventura que é a psicologia.

Aos meus grandes amigos que sabem quem são,
Pelos momentos, pelas partilhas e por serem já um pilar tão importante na minha vida. Um agradecimento especial à Carolina, Inês e Rita, pelos dias e noites infindáveis de trocas e pela ajuda ao longo de todo o processo de construção da tese de mestrado.

A todos os alunos e professores que participaram no estudo,
O meu sincero obrigado por terem tornado este trabalho possível.

RESUMO

O presente estudo tem por objectivo examinar as atitudes face ao *Date Rape*, num grupo de jovens do ensino superior. A amostra é constituída por 159 alunos do ISPA (90 mulheres e 69 homens), com uma média de idades compreendida entre os 18 e os 30 anos. Para medir as atitudes foi utilizado o CDRAS traduzido para português, sendo que os resultados demonstraram que os jovens são tendencialmente menos tolerantes para com o *Date Rape* quando em comparação com outros estudos. No entanto, os homens são tendencialmente mais condescendentes com atitudes de tolerância para com o *Date Rape*, quando em comparação com as mulheres. Neste sentido, os resultados do estudo denunciam a prevalência de mitos de violação entre a comunidade mais jovem, denunciando a necessidade de criação de programas de prevenção e consciencialização para com o grave problema que representa hoje o *Date Rape*, entre as camadas mais jovens.

Palavras chave: Date Rape; Violação por conhecidos; Violência sexual; Prevenção; CDRAS.

ABSTRACT

The purpose of this study is to explore the attitudes toward Date Rape among university students in Portugal. Participants included 159 students from ISPA (90 females, 69 males), with ages between 18 and 30 years old. To measure those attitudes we used CDRAS, which results showed that young people are less tolerant toward date rape, when comparing with the results from other studies. Even so, results show that men tend to be less rejecting of Date Rape tolerant attitudes, than female students were. Therefore, these results demonstrate that the rape myths still prevail in the younger communities, indicating the need of prevention and alert programs for younger people about this serious problem, Date Rape.

Keywords: Date Rape; Acquaintance Rape; Sexual Agression, Prevention; CDRAS

INDÍCE

Dedicatória	III
Agradecimentos	IV
Resumo	V
Introdução	1
Método	6
- Delineamento	6
- Participantes	6
- Instrumento	7
- Procedimento	7
Análise de Resultados	8
Discussão de Resultados	12
- Conclusões e Limitações	14
Bibliografia	16
Anexos	21
- Anexo 1 – Questionário CDRAS traduzido para português	22
- Anexo 2 – Revisão da Literatura	25
- Anexo 3 – Tabelas utilizadas no tratamento estatístico	34

Tabela – Média, desvio padrão e pontuações máximas e mínimas, das pontuações obtidas através da escala CDRAS, aplicada aos alunos da licenciatura em ciências psicológicas do ISPA

Item*	Total (N= 159) Média (SD)	Homens (N=69) Média (SD)	Mulheres (N=93) Média (SD)	Mínimo	Máximo
1 - A maior parte das mulheres gosta de ser submissa numa relação sexual.	3,584 (1,104)	2,8551 (0,113)	4,144 (0,091)	1	5
2 - Se uma mulher se vestir de forma atraente, significa que está à procura de uma relação sexual.	4,094 (0,769)	3,637 (0,085)	4,444 (0,065)	2	5
3 - Se uma mulher convidar um homem para sair com ela, então ela está definitivamente interessada em ter relações sexuais.	4,320 (0,723)	4,101 (0,087)	4,488 (0,071)	2	5
4 - Na maior parte das violações, em contexto de <i>Date Rape</i> , a vítima é promíscua e tem má reputação.	4,138 (0,845)	3,985 (0,097)	4,255 (0,090)	1	5
5 - O homem tem o direito de ter relações sexuais com a sua parceira, se esta tiver autorizado inicialmente, mesmo que mude de ideias no último momento.	4,301 (1,035)	4,130 (0,132)	4,433 (0,102)	1	5
6 - Muitas mulheres fingem não querer ter relações sexuais, de modo a não parecerem fáceis.	2,729 (0,991)	2,492 (0,104)	2,911 (0,110)	1	5
7 - O homem pode controlar o seu comportamento, independentemente de quão sexualmente excitado estiver.	4,025 (0,885)	4,144 (0,083)	3,933 (0,105)	1	5
8 ^{a)} - O grau de resistência que a mulher oferece, deveria ser um factor preponderante ao determinar se ocorreu, ou não, violação.	3,132 (1,180)	2,971 (0,141)	3,255 (0,123)	1	5
9 - Quando uma mulher diz “não” o que ela realmente quer dizer é “talvez”.	4,075 (0,931)	3,913 (0,114)	4,200 (0,095)	1	5
10 - Se uma mulher deixa o homem pagar-lhe o jantar, um filme, ou bebidas, esta deve-lhe relações sexuais.	4,792 (0,491)	4,623 (0,074)	4,922 (0,032)	3	5
11 – As mulheres provocam a violação pelo seu comportamento.	4,427 (0,766)	4,173 (0,105)	4,622 (0,064)	2	5
12 - As mulheres mentem frequentemente acerca de terem sido violadas para poderem voltar a sair com outras pessoas.	3,717 (1,114)	3,478 (0,117)	3,900 (0,124)	1	5
13 - É aceitável pressionar bebidas alcoólicas ao seu par, de modo a aumentar as possibilidades de ter relações sexuais	4,371 (1,016)	4,289 (0,118)	4,433 (0,109)	1	5
14 - Quando uma mulher convida o homem para sua casa, é esperado que algo sexual aconteça.	3,767 (0,942)	3,391 (0,122)	4,055 (0,811)	1	5
15 - Os violadores, em contexto de <i>Date Rape</i> , são usualmente motivados por um esmagador e incontrolável desejo sexual.	2,685 (1,079)	2,492 (0,129)	2,833 (0,112)	1	5
16 - Na maior parte dos casos, quando uma mulher foi violada, foi porque mereceu.	4,761 (0,483)	4,637 (0,061)	4,855 (0,046)	3	5
17 - Quando uma mulher acaricia o órgão genital de um homem, significa que consentiu ter relações sexuais com este.	2,937 (1,128)	2,594 (0,117)	3,200 (0,123)	1	5
Pontuação Total dos Itens do CDRAS	3,874 (0,437)	3,641 (0,045)	4,052 (0,041)	3	5

* Pontuações mais elevadas indicam baixa concordância com a afirmação.

a) A pontuação neste item foi invertida

Sexo: M ____ / F ____ Idade: _____ Ano de Curso: _____

	Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente
1 – A maior parte das mulheres gosta de ser submissa numa relação sexual.					
2 – Se uma mulher se vestir de forma atraente, significa que está à procura de uma relação sexual.					
3 – Se uma mulher convidar um homem para sair com ela, então ela está definitivamente interessada em ter relações sexuais.					
4 – Na maior parte das violações, em contexto de “Date Rape”, a vítima é promíscua e tem má reputação.					
5 – O homem tem o direito de ter relações sexuais com a sua parceira, se esta tiver autorizado inicialmente, mesmo que mude de ideias no último momento.					
6 – Muitas mulheres fingem não querer ter relações sexuais, de modo a não parecerem fáceis.					

	Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente
7 – O homem pode controlar o seu comportamento, independentemente do quão sexualmente excitado estiver.					
8 – O grau de resistência que a mulher oferece, deveria ser um factor preponderante ao determinar se ocorreu, ou não, violação.					
9 – Quando uma mulher diz “não”, o que ela realmente quer dizer é “talvez”.					
10 – Se uma mulher deixa o homem pagar-lhe o jantar, um filme, ou bebidas, esta deve-lhe relações sexuais.					
11 – As mulheres provocam a violação pelo seu comportamento.					
12 – As mulheres mentem frequentemente acerca de terem sido violadas para poderem voltar a sair com outras pessoas.					
13 – É aceitável pressionar o seu par com bebidas alcoólicas, de modo a aumentar as suas possibilidades de ter relações sexuais.					

	Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente
14 – Quando uma mulher convida o homem para sua casa, é esperado que algo sexual aconteça.					
15 – Os violadores, em contexto de “Date Rape”, são usualmente motivados por um esmagador e incontrolável desejo sexual.					
16 – Na maior parte dos casos, quando uma mulher foi violada, foi porque mereceu.					
17 – Quando uma mulher acaricia o órgão genital de um homem, significa que consentiu em ter relações sexuais com este.					